



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 28 DE NOVEMBRO DE 1997

Eu queria hoje, sexta-feira, depois de uma semana muito profícua, no Congresso Nacional e, em geral, no País, aproveitar a oportunidade de nós nos encontrarmos, para fazer alguns comentários, sem muito formalismo, uma coisa mais espontânea entre nós, aqui, e o País.

Quero lembrar que, em 1994, quando nós fizemos o Plano Real, pouca gente acreditava nele. Hoje, já estamos com o quarto ano de inflação decrescente e o quinto ano de crescimento econômico, a despeito de muitas apostas, muitas avaliações, alguma precipitadas.

Nesses últimos anos, o Congresso aprovou muitas reformas importantes, sobretudo as reformas da ordem econômica, que foram aprovadas em 1995 e, depois, regulamentadas. Graças a isso – à flexibilização dos monopólios, uma nova regulamentação, que assegura maior independência aos órgãos que vão tomar decisões sobre tarifas, sobre as políticas na área de telecomunicações, na área de energia em geral, petróleo, hidro-electricidade – nós tivemos um forte processo de investimento no Brasil. Nós tivemos, neste ano, quase 17 bilhões de dólares. Em 1993, foi 1 bilhão. Ou seja, o investimento cresceu quase 17 vezes, num período muito curto de tempo. Nós ainda estamos organizando essas agências, estamos ainda

no início de um processo de privatização que é, talvez, um dos mais amplos, de maior magnitude, do mundo atual. E tudo isso está sendo feito com muita confiança, com muita energia.

Todo o Brasil assistiu ao que aconteceu. A partir do dia 11 passado, nós tivemos que tomar uma série de medidas importantes para que pudéssemos continuar nesse caminho, que é um caminho de progresso econômico, um caminho de confiança, um caminho de investimento – e de emprego, por consequência. Além da estabilidade não só econômica, mas a estabilidade política. E nós tomamos as decisões.

Os países que não fizeram isso – e não quero citá-los, não é oportuno – sofreram consequências graves. Perderam a confiança neles próprios, tiveram processos inflacionários, desvalorização da moeda e, finalmente, altas taxas de juros.

Ora, nós fizemos o que achamos que era necessário, para reforçar o Real e para que pudéssemos agüentar uma crise que, basicamente, é uma crise externa. E nós fizemos, claro, com sentimento de responsabilidade.

O Congresso – isso é o que eu queria frisar aqui – percebeu isso. E o que aconteceu, nesses últimos 15 dias, é algo que merece o registro do Presidente da República. Por quê? Porque o Congresso colocou em pauta aquilo que era importante para o Brasil, na Câmara e no Senado, e com presteza extraordinária. Nesses 15 dias, foram admitidas oito medidas provisórias e sete já foram aprovadas pelas comissões mistas.

O Governo também não se poupou de explicar. Os ministros da área econômica estiveram cerca de 30 horas no Congresso, em debates muito intensos. A Câmara aprovou o segundo turno da reforma administrativa. E essa reforma, realmente, é uma reforma profunda, que cria condições para que nós possamos, num processo de transformação, modernizar o nosso aparelho administrativo, o nosso governo, não só na área federal, mas também os estados e os municípios.

O Senado não ficou atrás. Já tinha aprovado a reforma da Previdência, que é também um passo importante. Aprovou o Sistema Financeiro Imobiliário. Aprovou uma matéria que não está no rol das matérias de urgência, mas é uma matéria que estava no Senado há muito tempo, que é o novo Código Civil.

Ou seja, realmente, o Congresso deu uma demonstração de sintonia – e importante sintonia – com o momento internacional, com o momento nacional. Tomou as disposições necessárias. Acho que nós tivemos um apoio muito grande do Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos, do Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, e das lideranças de todos os partidos.

Então, achei que, agora, depois dessa semana em curso, que foi proveitosa, densa de decisões importantes por parte do Congresso, que nós deveríamos, também, acelerar o conjunto das medidas que já expusemos ao País. São medidas que permitem aprofundar o ajuste fiscal e, como consequência, fortalecer a nossa moeda. E aí, mais que a moeda, o conjunto de consequências que a estabilidade econômica tem trazido para o País, que é o crescimento do País, a confiança, a tranquilidade.

Assumi a responsabilidade pessoal de conversar com as lideranças dos partidos, com os Presidentes da Câmara e do Senado, e as conversas foram muito proveitosas.

Quero, em primeiro lugar, agradecer. Já agradeci, mas reitero o que essas lideranças, esses presidentes, têm feito para acelerar as transformações do Brasil. Conversei com todos os líderes do PSDB, que é o meu partido, do PFL, do PMDB, do PPB, do PTB, com todos. Chamei, conversei. Quando não pude conversar pessoalmente, conversei pelo telefone. Discuti com o Senador Antonio Carlos o procedimento – claro que no Congresso mandam os chefes do Congresso – quanto às datas, quanto ao modo de encaminhamento. Por gentileza do Senador Antonio Carlos, nós conversamos sobre o encaminhamento. Tomou-se a decisão de votar, na semana que vem, o ajuste fiscal. Será votado, possivelmente, claro que essa matéria depende ainda da palavra dos chefes do Congresso, no caso, do Presidente do Congresso Nacional e dos líderes, mas houve a decisão de se votar isso na próxima semana, terça e quarta-feira, essas matérias fiscais que estão lá, todas.

Devo dizer que a liderança nossa, tanto do líder do Senado, Élcio Álvares, como do líder do Congresso, Senador Arruda, e do líder na Câmara, Deputado Luís Eduardo Magalhães, também tem sido de uma valia muito grande. E acredito que, com a cooperação ativa entre o

setor público, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e a condução do relator, que é o Deputado Roberto Brant, do PSDB, sobretudo da medida provisória que diz respeito ao Imposto de Renda e à mudança de certos incentivos, nós estamos em condições de colocar em votação um texto que será apresentado pelo relator, provavelmente na próxima segunda-feira, mas que já tem no seu delineamento as marcas de uma decisão, pelo menos da parte do Governo, positiva. Um texto que, garantindo o essencial, ou seja, os 20 bilhões de reais – disso nós não podemos abrir mão e não abrimos mão –, no conjunto, é um texto que aperfeiçoa. É um texto que, de alguma maneira, amplia o significado daquilo que nós havíamos proposto, absorvendo inúmeras sugestões.

Até agora, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, o Governo, nós estávamos ouvindo sugestões, registrando sugestões. São muitas, de vários partidos, praticamente de todos os partidos, e começa-se a perceber que existe uma cristalização daquilo que parece ser o melhor para o País.

Eu disse, desde o início, que a nossa posição era, como sempre, respeitadora do Congresso, construtiva, e uma posição que só não poderia abrir mão daquilo que é essencial, que era o resultado: os 20 bilhões. Realmente, isso é uma questão fundamental para nós garantirmos uma diminuição do déficit fiscal, um ajuste fiscal, que é algo importante, porque isso vai permitir baixar a taxa de juros e tudo mais. E, nesse sentido, já se chegou à possibilidade de definir alguns delineamentos fundamentais que estão sendo, agora, aperfeiçoados pelo relator Roberto Brant.

Quais são esses delineamentos? Foi possível, atendendo a muitas ponderações do Congresso, fazer com que o aumento da alíquota do Imposto de Renda não atingisse os menos afortunados, os pequenos, os mais pobres, e colocamos, então, um limite. Nós vamos ter, na verdade, uma alteração apenas de 2,5% na alíquota de 25%, que passaria a 27,5%. O resto não. A alíquota de 15%, ou seja, quem ganha até 1.800 reais, não seria alcançado por essa alteração. Da mesma maneira como já houve ajuste na questão dos 20% de dependentes, nós achamos melhor não entrar nessa discussão e não estabelecer cargas adicionais, porque, com

razão, muitos setores ponderaram que a classe média não teria condições de ter esse custo ampliado. Isso será, se o Congresso assim entender, mas da parte do Governo está decidido. E o entendimento político é esse também, de que seria possível chegar a esse entendimento.

Agora, evidentemente, nós não podemos deixar de ver que é fundamental que exista também uma contribuição, e essa contribuição vai ser feita de toda forma. Por quê? Porque nós vamos ter que tomar algumas medidas que estão sendo escritas, de tal forma que será possível ampliar a carga tributária no que diz respeito às aplicações de renda fixa. E vou explicar um pouco, para que não haja dúvida sobre a questão. A poupança não será tocada. Tudo o que foi dito a respeito da poupança, de que ela vai ser um rendimento positivo enquanto a taxa de juros for alta, é mantido, a poupança não será tocada.

Entretanto, em 95, nós calculamos uma inflação de cerca de 18% e a inflação foi de 12%. Isso permitiu que houvesse uma carga tributária em 96 que era uma carga "x". Neste ano, 97, se nós não alterarmos as alíquotas nessa parte, o que vai acontecer é que – porque há uma certa regressividade nessa matéria – com a alta taxa de juros, quanto mais alta a taxa de juros, menor vai ser a carga tributária, o que é injusto. Então, haverá uma correção dessa carga tributária, que vai ser mantida nos níveis de 96. Então, isso compensa, isso dá a possibilidade de se manter a alíquota dos assalariados sem que ela seja mexida, a não ser para aqueles que mais ganham.

Essa é a idéia dessa matéria. Claro que nós temos também uma série de outras áreas sensíveis. Mas isso mostra a nossa disposição do Governo. O Governo não vai abrir mão – repito – dos 20 bilhões. Está buscando um mecanismo que permita a obtenção desses 20 bilhões de uma maneira mais justa, mais equitativa. E esse é o caminho que está sendo seguido.

Também achamos que foram razoáveis as sugestões de que não teria sentido recair, outra vez, sobre o IPI um aumento de alíquota. E nós resolvemos também eliminar a isenção de IPI para bens de capital, manter a eliminação da isenção de IPI para bens de capital... O IPI para bens de capital será eliminado. Como nós já havíamos eliminado, rein-

troduzimos e eliminamos, porque achamos que isso não ajudaria o processo que estamos encorajando, que é de modernização do nosso parque produtivo. Aceitamos, portanto, essa sugestão.

Assim como nós achamos que existem outras matérias, muitas delas também originárias de discussão no Congresso Nacional, que merecem uma atenção. Por exemplo, a questão da taxa de embarque. Nós estamos revendo essa taxa de embarque para torná-la mais adequada aos objetivos que se pretendem com sua edição e para evitar que haja aí, de novo, uma perda de turistas e, realmente, a utilização de um mecanismo que não é exatamente para o fim que desejamos. Então, nós estamos adequando. A decisão vai ser dita pelos setores técnicos, mas já está resolvido que assim será.

Existem também outras matérias que provocaram, com justa razão, um debate. Por exemplo, a questão relativa à cultura, incentivos à questão do vale-transporte, à questão do vale-refeição. O relator está trabalhando de tal maneira que se mantenha a possibilidade de, nos incentivos à cultura, serem alcançados esses objetivos.

Claro, nós não estamos abrindo mão do princípio de que cada pedacinho da sociedade vai contribuir, vai ter uma certa contribuição. Mas, tal como foi formulado, aquilo poderia criar um embaraço muito grande aos incentivos à cultura. Então, nós estamos separando os tipos de incentivo. E os incentivos relativos a transporte e alimentação não vão ser computados para diminuir os incentivos à cultura. Haverá, aí, uma separação, de tal maneira que nós possamos manter.

Claro, também, na questão do vale-alimentação, em que houve muita discussão, sobretudo dos sindicatos, algumas centrais sindicais que ponderaram e deram sugestões, havia uma duplicidade de incentivos, dois incentivos. Um deles, não. Mas o outro, do lançamento do vale-refeição como custo operacional e, portanto, redução sob essa forma do Imposto de Renda será mantido. Mas nós não precisamos fazer com que a redução do vale seja computada. No teto para os incentivos, não vamos computar, para a cultura e para o apoio à criança, questões relativas a vale-transporte e vale-alimentação. Enfim, houve aí também um avanço positivo.

A outra matéria a que eu queria me referir, que também é importante, diz respeito à questão regional e aos incentivos que são, em parte, sobre o Imposto de Renda, na questão relativa às regiões do Brasil e a certos incentivos setoriais. O relator está propondo uma progressividade para que nós eliminemos, no decorrer de um período largo de tempo, certo tipo de incentivo. Só que, em vez de iniciar essa eliminação com 50%, vamos ter um quantitativo, um percentual mais adequado e uma definição no tempo, de tal modo que os vários setores da sociedade possam se ajustar a essa nova filosofia.

Também com relação à questão da Zona Franca de Manaus, que é um pouco diferente da questão dos incentivos setoriais, é claro que nós vamos precisar de uma contribuição também da Zona Franca, mas não poderia ser feito da mesma forma. Há limitações constitucionais e há também a questão relativa à credibilidade desse tipo de instrumento. Nós estamos redefinindo o modo pelo qual será feita a contribuição da Zona Franca, sem alterar a forma ou perturbar a continuidade do processo que lá existe de incentivos, mas propondo que exista aí uma outra regra, ou um conjunto de regras, no que diz respeito ao processo produtivo básico. E para tudo isso haverá tempo, para discussão do aprofundamento, para definição da vocação real da Zona Franca no contexto nacional.

Desde o Governador Amazonino, os senadores, a bancada, o Deputado Arthur Virgílio, houve uma espécie de união de toda a Região Amazônica ao redor dessa questão. O Governo é sensível ao problema. E vamos avançar dessa forma.

Enfim, estou dando aqui alguns delineamentos para que o Brasil saiba de que maneira o Governo está, nessa busca de entendimento, levando a negociação política, na matéria.

Não comprometemos nada, ao contrário, a nossa decisão é de que é fundamental manter esse espírito de contribuição e os 20 bilhões. Que é preciso repartir a carga de uma maneira mais justa, e é essa justiça que nós estamos buscando. Não tivemos nenhuma posição de intransigência – ao contrário.

Agradecemos – e agradecemos de todo o coração – para começar ao PSDB que, desde o início, se manifestou muito firme a favor das medi-

das e da manutenção desses 20 bilhões. Depois, ao PFL, pelas sugestões do Senador Antônio Carlos, Deputado Inocêncio, dos Deputados do PMDB, do Senador Jader Barbalho, do líder Geddel, enfim, de todos. Dos Deputados do PPB, do PTB, cada um deles deu alguma sugestão.

E o Governo, então, agora, conseguiu chegar a esse entendimento, que me parece bom. Queria lhes dizer que isso é fundamental, porque mostra que este país tem capacidade de absorver eventuais crises externas que podem se transformar em internas. Que tem estabilidade política. Isso é muito importante. Que tem capacidade de negociação. Que tem capacidade de fazer com que haja harmonia entre o Executivo e o Legislativo.

E, no fragor da batalha, ou dos debates, muitas vezes se tem a impressão de que as coisas são muito difíceis. Mas, quando se sentam à mesa, há pensamento nacional, há vontade cívica.

Acho que isso merecia esse registro, da parte do Presidente da República, que é o registro, principalmente, de agradecimento àqueles que, no Congresso Nacional, estão conduzindo este momento tão delicado e, ao mesmo tempo, positivo, do Brasil.

E, também, me apraz dizer que é um sinal de tranquilidade. Acho que, na semana que vem, vamos ter a votação e a aprovação dessas medidas, com essa busca de um equilíbrio e de uma vontade coletiva. E vamos ter isso sem nenhum tumulto, sem nenhum problema que possa dar numa preocupação de qualquer outra natureza.

Acho que isso é uma prova do que digo sempre: que a questão fundamental nossa, o que garante a continuidade da economia no Brasil, da estabilidade econômica, é a estabilidade política, é a capacidade de condução política, que hoje a nossa democracia está demonstrando ter.

Eu queria, simplesmente, dizer isso aos senhores. O resto, na segunda-feira, o Deputado Roberto Brant fará a apresentação do relatório.

[Este discurso foi seguido de perguntas dos jornalistas.]